



CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Direito Internacional e Europeu, Direito nacional e Concorrência

Coordenadores gerais: Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira e Professora Doutora Maria João Estorninho

Coordenadores: Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues, Professora Doutora Ana Gouveia Martins e Professora Doutora Alexandra Leitão

De 8 de outubro de 2024 a 23 de janeiro de 2025

I Módulo

Direito Internacional e Direito da União Europeia

8 de outubro

1.^a sessão

Apresentação do curso

Nuno Cunha Rodrigues

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Presidente da Autoridade da Concorrência

Ana Gouveia Martins

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

10 de outubro

2.^a sessão

Direito da União Europeia originário e contratação pública. Em especial os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não-discriminação

Claúdia Viana

Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho

3.^a sessão

Direito da União Europeia e aplicação das regras relativas à contratação



pública

Nuno Cunha Rodrigues

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Presidente da Autoridade da Concorrência

15 de outubro

4.^a sessão

Contratação Pública e organizações internacionais (MDB - Multilateral Development Banks)

*a confirmar

5.^a sessão

A Organização Mundial do Comércio e a contratação pública

Pedro Infante Mota

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

17 de outubro

6.^a sessão

O Acordo sobre Contratos Públicos

Pedro Infante Mota

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

7.^a sessão

Acordos comerciais preferenciais e contratação pública. O acesso de países terceiros à contratação pública na União Europeia e políticas de reciprocidade

Renato Gonçalves

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

22 de outubro

II Módulo

Direito Administrativo dos Contratos Públicos

8.^a sessão

Âmbito aplicativo do regime da contratação pública:

a) As “entidades adjudicantes”: três categorias de entidades adjudicantes para três níveis de intensidade dos regimes de contratação pública aplicáveis

b) Os contratos abrangidos: “contratos públicos”, identificados a partir do interesse concorrencial das respetivas prestações



**c) Os contratos excluídos da Parte II do CCP: artigos 4.º, 5º, e (em parte) 6.º-A.
d) O regime da “contratação excluída” do artigo 5.º-B.**

Miguel Assis Raimundo

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Advogado

9.ª sessão

A contratação excluída (cont.) - As exclusões relacionadas com a contratação interadministrativa (em particular, a contratação in-house e a cooperação entre entidades públicas)

Mark Bobela-Mota Kirkby

Mestre em Direito, Advogado na Sérvulo & Associados

24 de outubro

10.ª sessão

A preparação dos procedimentos: o anúncio de pré-informação ou anúncio periódico indicativo, a consulta preliminar ao mercado, a decisão de contratar, as medidas tendentes a identificar e impedir os conflitos de interesses e o júri do procedimento, serviços da entidade adjudicante e peritos.

José Duarte Coimbra

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

11.ª sessão

A decisão de adjudicação em lotes. A decisão de escolha do procedimento e os critérios de escolha: critérios relativos ao valor do contrato, breve referência aos critérios materiais (remissão) e outros critérios especiais. Em especial, a contratação de prestações do mesmo tipo em diferentes procedimentos e os contratos mistos.

*a confirmar

28 de outubro

16.ª sessão

Causas de exclusão das propostas: materiais e formais.

Pedro Sánchez

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado na Sérvulo & Associados

17.ª sessão

Causas de exclusão das propostas :materiais e formais (continuação). Regime



de esclarecimentos e suprimento de irregularidades das propostas e candidaturas: formalidades não essenciais e erros evidentes.

Pedro Sánchez

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado na Sérvulo & Associados

29 de outubro

12.^a sessão

Peças do procedimento. Parâmetros base e aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência mediante a fixação de limites máximos e mínimos. O regime do preço base e do preço ou custo anormalmente baixo.

José Duarte Coimbra

Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

13.^a sessão

Regime dos esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais. Regime dos erros e omissões e responsabilidade do cocontratante. A sanção da nulidade do caderno de encargos do contrato de empreitada de obras públicas.

Marco Fernandes Caldeira

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado na Vieira de Almeida e Associados

31 de outubro

14.^a sessão

A candidatura e a proposta: aspetos materiais e formais. O documento europeu único de contratação pública. Catálogos eletrónicos. Impedimentos e causas de relevação dos impedimentos.

Jorge Pação

Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

15.^a sessão

Critério de adjudicação, fatores e subfactores de densificação e avaliação de propostas.

Luís Verde de Sousa

Professor Convidado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e

Advogado



5 de novembro

18.^a sessão

A contratação estratégica: a sustentabilidade ambiental.

Raquel Carvalho

Professora da Escola de Direito da Universidade Católica do Porto

7 de novembro

19.^a sessão

A contratação estratégica e seus reflexos. A inclusão de critérios sociais na contratação pública. Contratos reservados e promoção da economia local.

Isabel Celeste Fonseca

Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho

12 de novembro

20.^a sessão

Notificação da adjudicação. Anúncio da adjudicação. Anúncio voluntário de transparência. Habilitação. Caução. Celebração do contrato.

Luís Moreira da Silva

Advogado

21.^a sessão

Governança Administrativa e contratação pública

Alexandra Leitão

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

14 de novembro

22.^a sessão

O procedimento de consulta prévia e o ajuste direto: critérios de escolha em função do valor do contrato e critérios materiais. Os critérios de escolha especiais em função do tipo de contrato e entidade adjudicante.

Margarida Ozalabal Cabral

Advogada na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados

23.^a sessão

O procedimento de consulta prévia e o ajuste direto: regime procedimental

Bernardo Azevedo

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Advogada na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados

19 de novembro

24.^a sessão

O concurso público: critérios de escolha e regime procedimental. A eventual fase de negociação e o concurso público urgente.

Jorge Pação

Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

25.^a sessão

O concurso limitado. Os modelos de avaliação da capacidade técnica e/ou financeira. O aproveitamento da capacidade de terceiros. Tramitação.

Sara Augusto Matos

Professora Convidada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

21 de novembro

26.^a sessão

O procedimento de parceria para a inovação. Delimitação face ao procedimento de negociação e diálogo concorrencial e regime procedimental. Os contratos com forte componente de inovação. Procedimentos pré-contratuais de contratos públicos de serviços sociais e de outros serviços específicos

Domingos Soares Farinho

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Advogado

27.^a sessão

Sistemas de aquisição dinâmicos. Acordos-quadro e compras vinculadas.

Cláudia Monge

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Advogada na BAS

26 de novembro

28.^a sessão

As medidas especiais de contratação pública.

Pedro Gonçalves

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Advogado na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados

29.^a sessão

Contratação pública no setor da defesa no Direito da União Europeia

Alexandra Pessanha



Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

28 de novembro

30.^a sessão

Âmbito de aplicação do regime substantivo da Parte III do CCP. A utilização do contrato administrativo. Poderes de conformação contratual.

Maria João Estorninho

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

31.^a sessão

O gestor do contrato.

Tiago Serrão

Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

3 de dezembro

32.^a sessão

Invalidade e ineficácia dos contratos públicos

Maria João Estorninho

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

33.^a sessão

Decisão de não adjudicação. Caducidade da adjudicação.

Pedro Moniz Lopes

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

5 de dezembro

34.^a sessão

A modificação objetiva dos contratos: regime geral

Ana Gouveia Martins

Juíza-Conselheira do Supremo Tribunal Administrativo

35.^a sessão

A modificação fundada na necessidade de trabalhos e prestações complementares

Licínio Lopes Martins

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

10 de dezembro



36.^a sessão

Cessão da posição contratual, subcontratação e outras formas de transmissão das obrigações contratuais

Sara Augusto Matos

Professora Convidada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

37.^a sessão

Extinção dos contratos

Mafalda Carmona

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

12 de dezembro

38.^a sessão

Cumprimento e Incumprimento dos contratos

Mafalda Carmona

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

39.^a sessão

Poder sancionatório: a previsão e aplicação de sanções

Miguel Assis Raimundo

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

17 de dezembro

40.^a sessão

O regime dos contratos de concessão

Lino Torgal

Advogado na Garrigues

41.^a sessão

Arbitragem, Regulação, governação e regime sancionatório da contratação pública

João Tiago Silveira

Professor da Faculdade de Direito de Lisboa

7 de janeiro

42.^a sessão

Contencioso pré-contratual

José Duarte Coimbra

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



43.^a sessão

Contencioso contratual

Marco Caldeira

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

III módulo

Direito da União Europeia, Económico e Financeiro

9 de janeiro

44.^a sessão

Decisão de contratar e decisão financeira

André Marçalo

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

45.^a sessão

Contratação Pública e endividamento público

Guilherme W. d'Oliveira Martins

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

14 de janeiro

46.^a sessão

A articulação entre a contratação pública e o direito da concorrência

Nuno Cunha Rodrigues

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Presidente da Autoridade da Concorrência

47.^a sessão

A regulação na contratação, plataformas e as orientações técnicas do IMPIC

Fernando Batista

Presidente do IMPIC

16 de janeiro

48.^a sessão

Conceito e enquadramento orçamental e contabilístico das Parcerias Público-Privadas e Parcerias Público-Públicas

Nazaré da Costa Cabral

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



Presidente do Conselho de Finanças Públicas

49.^a sessão

Parcerias público-privadas: em particular a modificação e distribuição do risco nas Parcerias Público-Privadas

Pedro Melo

Mestre em Direito, Advogado na Miranda Law

21 de janeiro

50.^a sessão

Parcerias público-privadas: em particular o reequilíbrio Financeiro nas Parcerias Público-Privadas e nas Parceiras Público- Públicas

Sérgio Gonçalves do Cabo

Mestre em Direito, Advogado

51.^a sessão

O papel do Tribunal de Contas na Fiscalização dos Contratos Públicos

Alexandra Pessanha

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

23 de janeiro

52.^a sessão

Fiscalização prévia do Tribunal de Contas e Contratação Pública

Miguel Vasconcelos

Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas

53.^a sessão

A prevenção da corrupção na contratação pública

Fernando Silva

Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas

Ficam ressalvadas eventuais alterações ao programa

Informações:

O Curso realiza-se no período de 8 de outubro de 2024 a 23 de janeiro de 2025, às 3.^{as} e 5.^{as} feiras, das 18h00 às 19h30 (1.^a sessão) e das 19h45 às 21h00 (2.^a sessão).

Local: O curso é lecionado exclusivamente online, através da plataforma Zoom.



Propina: 1.500,00€ (Integral ou pagos em 3 prestações, sendo a primeira paga no ato de inscrição).

- Redução de 10% no valor total do curso para quem efetuar o pagamento integral no ato da inscrição.
- Redução de 10% para ex-alunos do ICJP, do IE, e do IDEFF.
- Redução de 10% para inscrições de grupo (instituições que inscrevam 3 pessoas ou mais).

Nota: os descontos não são cumulativos

Prazo de inscrições: até ao dia 4 de outubro de 2024

Avaliação: Apresentação de um trabalho escrito final sobre um tema ou subtema do Curso, de acordo com as regras definidas no Regulamento do curso (vide Regulamento).

Informações: Instituto Europeu, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, IDEFF.

Inscrições:

Dra. Joana Silva

Telefone: 217 933 250

E-mail: institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul
www.institutoeuropeu.eu

Pedidos de informação Contactos:

Dra. Joana Silva

Telefone: 217 933 250

E-mail: institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul
www.institutoeuropeu.eu

Com o apoio do Programa Erasmus+ - Jean Monnet